

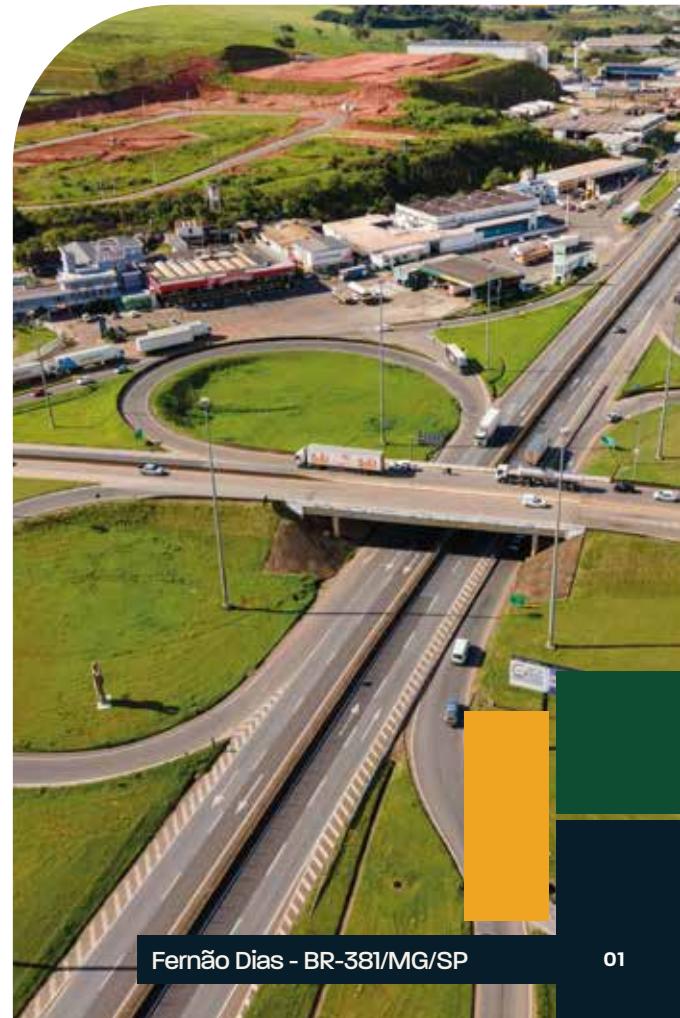
ROADSHOW Brasil

Todos os caminhos levam ao Brasil

O Ministério dos Transportes está abrindo caminhos para o Brasil avançar, recolocando o investimento em infraestrutura como política de Estado. Apresentamos oportunidades que totalizam **R\$ 400 bilhões em 4 anos, para 36 novos projetos** de concessões rodoviárias.

Avançamos no aperfeiçoamento dos estudos e de instrumentos regulatórios e na qualidade dos projetos. Novos mecanismos de mitigação de riscos, com o objetivo de ampliar a base de investimentos privados, vão somar esforços aos recursos públicos que serão aplicados na construção de um ambiente institucional e regulatório que transformará a infraestrutura de transportes no Brasil, de forma robusta, sustentável e eficiente.

Dentro deste cenário, apresentamos ao mercado nacional e internacional o pipeline de projetos de concessões do Governo Federal, destacando oportunidades de investimento em empreendimentos Rodoviários no Brasil.



ESTRUTURA DO Ministério dos Transportes

Regulação e
Fiscalização



38* Concessionárias
privadas
18,41 mil km

Ministério dos
TRANSPORTES

Gestão
direta



48,54 mil km
de malha pavimentada e
não pavimentada

Estruturadores
de Projetos

INFRA S.A.

BNDES

BID

IFC
International Finance
Corporation
WORLD BANK GROUP

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS:

PORTARIA MT NO 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

PREMISSAS GERAIS:

- Privilégio ao princípio da modicidade tarifária em todos os projetos de parceria, considerando a racionalização de recursos e a sustentabilidade social e ambiental
- Padronização dos estudos, inclusive o modelo econômico-financeiro e documentos editalícios
- Critério de menor tarifa para a definição do vencedor dos certames licitatórios, com aportes pelo licitante vencedor, quando for ultrapassado o desconto máximo definido no projeto de parceria, proporcionais ao deságio oferecido, a fim de garantir a sustentabilidade financeira da concessão
- Prazo entre a publicação do Edital e a realização do Leilão, no mínimo, de 100 dias
- Possibilidade de previsão de aportes públicos, com o objetivo de viabilizar a execução de obras relevantes e manter a modicidade tarifária, desde que atendida as legislações específicas
- Modelo de gestão por incentivos, com a utilização, por exemplo, da reclassificação tarifária. Isto é, a tarifa somente é ajustada após a realização da respectiva obra
- Cláusulas que estabeleçam o regramento relativo aos prazos e formas para o tratamento das revisões previstas e de eventual reequilíbrio contratual
- Incentivo à exploração de receita extraordinária ou acessória decorrente da utilização da faixa de domínio pela própria concessionária, inclusive, e não se limitando, à comercialização em Pontos de Parada e Descanso - PPDs
- Parâmetros de desempenho de infraestrutura e operacionais definidos, de forma padronizada, com foco na modicidade tarifária e priorizando as inovações tecnológicas e a sustentabilidade ambiental, considerando as características do ativo
- Previsão de inovações tecnológicas que otimizem os tempos de atendimento operacionais e/ou incentivem a sustentabilidade ambiental, considerando, mas não se limitando, aos itens destacados a seguir:
 - Implantação de sistemas de pedágio automático de livre passagem ("Free Flow");
 - Adoção de ferramentas e instrumentos que otimizem os tempos de atendimento operacionais e/ou reduzam custos;
 - Estímulo à transição energética da frota de veículos que utilizam as concessões, com adoção de, pelo menos, 1 ponto de recarga para veículos elétricos em cada posto de Serviço de Atendimento ao Usuário - SAU e Pontos de Parada e Descanso - PPDs;
- Previsão de realização de ações afirmativas de gênero e raça
- Adesão das Concessionárias às políticas públicas de caráter social estabelecidas pelo Governo Federal
- Fomento a práticas de equidade de gênero e raça na cultura organizacional das empresas relacionadas
- Prazo de concessão: 30 anos

Para mais informações
acesse o nosso site na
área de Portarias



NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MÓDULO REGULATÓRIO

PORTARIA MT N° 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

Leilão

- ✓ Uso do critério “Menor Tarifa”
- ✓ Exigência de Aporte de Recursos Vinculados para deságios agressivos (maiores do que 18%)

Free Flow

- ✓ Novo clausulado permite que novas praças de pedágio a serem implantadas, conforme pontos indicados no PER, possam ser substituídas pelo Sistema Free Flow
- ✓ Garantido o equilíbrio econômico financeiro do contrato

Tarifa Justa

- ✓ Tarifas diferenciadas para os usuários que utilizem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI)
- ✓ Sistema free flow

Estabilidade Tarifária

- ✓ Previsão de Recursos Vinculados a serem depositados nas Contas da Concessão para formação de reserva de contingência da Concessão a serem utilizados para recomposição do equilíbrio contratual e inclusão de investimentos
- ✓ Fatores de reequilíbrio para antecipação, postergação e inclusão de obras, incidentes sobre a alíquota dos recursos vinculados
- ✓ Proteção especial contra eventos que podem ensejar variações tarifárias (custo de insumos, demanda e câmbio)

Resolução Célere e Técnica de Controvérsias

- ✓ Arbitragem para resolução de controvérsias relativas a direitos patrimoniais disponíveis decorrentes do Contrato e seus Anexos, ou instrumentos a ele relacionados, nos termos do Decreto nº 10.025, de 20 de setembro de 2019
- ✓ Dispute Board: Mecanismo de gestão contratual e de mitigação de risco à regular execução do Contrato, com possibilidade de constituição de Comitê de Prevenção e Resolução de Disputas para prevenir e solucionar divergências de natureza técnica ou econômico-financeira, nos termos do art. 23-A da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e do art. 151 da Lei nº 14.133/2021

Qualidade dos Projetos e das Obras

- ✓ Previsão de Verificador acreditado como organismo de avaliação da conformidade: certificado de inspeção de projetos executivos, certificado de inspeção referente às obras e serviços executados nas fases de recuperação e manutenção, certificado de inspeção referente às práticas de ESG (Environmental, Social and Corporate Governance)
- ✓ Celeridade na aprovação dos projetos

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MODELO REGULATÓRIO

PORTARIA MT NO 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023



Regulação por incentivos

- ✓ Modulações nas obrigações financeiras em função do cumprimento do contrato
- ✓ Procedimento de aumento da Tarifa de Pedágio, de acordo com a forma e valores predefinidos no Contrato, para Trechos Homogêneos onde, no mínimo, 90% das obras de referência tenham sido concluídas



Recuperação de receita - Reclassificação Tarifária

- ✓ Novo clausulado que permite recuperação de parte da receita frustrada pelo adiamento da reclassificação tarifária
- ✓ Caso a entrega de obras passíveis de Reclassificação Tarifária ocorra em atraso, a Concessionária poderá recuperar parte da receita frustrada pelo adiamento da Reclassificação Tarifária
- ✓ Atrasos superiores a 5 anos frente aos prazos estabelecidos no PER (Programa de Exploração da Rodovia) original não serão objeto de recuperação
- ✓ A Receita Tarifária Líquida frustrada será calculada a partir do tráfego realizado, das tarifas efetivamente cobradas e as tarifas calculadas como se houvesse reclassificação, corrigida exclusivamente pela variação do IPCA entre o ano da receita frustrada e o ano da conclusão da obra



Matriz de riscos

- ✓ Alocação equilibrada de riscos, protegendo o projeto e criando incentivos para o cumprimento do contrato
- ✓ Mecanismos de proteção cambial, de risco de preço de insumos e de demanda



Sustentabilidade Ambiental

- ✓ Exigência de atendimento a parâmetros socioambientais nos investimentos (International Finance Corporation - IFC)
- ✓ Programa Carbono Zero para neutralizar as emissões da operação da Concessão
- ✓ Programa de Resiliência Climática e Responsabilidade Socioambiental



Outras inovações

- ✓ Regras claras para as hipóteses de Extinção Antecipada
- ✓ Previsão de Acordo Direto com os financiadores



Penalidades

- ✓ Listagem mais objetiva das penalidades aplicáveis
- ✓ Valores de multas proporcionais aos descumprimentos contratuais
- ✓ Critérios claros e limites para a contagem de multas moratórias

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MATRIZ DE RISCO

PORTARIA MT NO 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

Mecanismo de Compartilhamento do Risco

Variação de Receita Tarifária

- A aplicação do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda é objetiva.
- Comparação entre a demanda real acumulada e a demanda de referência (EVTEA) calculado anualmente.

Existência de praças de pedágio	- Fator de compartilhamento: 50% - 50% - Risco privado: banda de -10% a +10% - Risco compartilhado: < -10% e > 10%
Inexistência de praças de pedágio	- Fator de compartilhamento: 80% - 20% - Risco privado: banda de -5% a +5% - Risco compartilhado: < -5% e > 5%

Variação cambial

- É decorrente de instrumento(s) de financiamento em moeda estrangeira firmado(s) nos primeiros 5 anos a partir da assinatura do Contrato, e somente poderá ser aplicado à parcela de financiamento relativa aos investimentos previstos vinculados aos Bens Reversíveis.
- Aplicabilidade apenas para o montante de principal de financiamentos em moeda estrangeira.
- Periodicidade de amortização de principal anual, semestral ou trimestral, independentemente de carência.

- Em até 12 (doze) meses contados da Data de Assunção, a Concessionária deverá informar ao Poder Concedente seu interesse em ativar o Mecanismo de Proteção Cambial.
- Uma vez ativado o Mecanismo de Proteção Cambial, a Concessionária não poderá cancelá-lo e, tampouco, acionar o Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo.

Variação dos custos de insumos

- Compartilhamento dos efeitos extraordinários de eventos que impactem exclusivamente as variações nos preços de insumos e a Receita Tarifária da Concessão, inclusive nas hipóteses de caso fortuito ou força maior.
- O Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo tem a finalidade exclusiva de compensar parcialmente no reajuste da Tarifa de Pedágio, a diferença financeira entre (i) os efeitos da aplicação da variação do IRT e (ii) os efeitos da aplicação da variação do ICR, visando a refletir a atualização monetária dos custos incorridos pela Concessionária para a execução do Contrato.

- Em até 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Assunção, a Concessionária deverá informar à ANTT seu interesse em ativar o Mecanismo, definindo o percentual escolhido, limitado a 30% (trinta por cento) da Receita Tarifária da Concessionária.
- Uma vez ativado o Mecanismo, a Concessionária não poderá cancelá-lo, alterar o percentual de compartilhamento escolhido e, tampouco, acionar o Mecanismo de Proteção Cambial.
- Como condição para aplicação do Mecanismo, no mínimo 90% (noventa por cento) das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias previstas no PER deverão estar concluídos até o momento da aferição.

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MATRIZ DE RISCO

PORTARIA MT N° 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

Riscos compartilhados com percentuais pré-definidos

Riscos residuais

- ✓ Os riscos serão partilhados entre a Concessionária e o Poder Concedente somente se o total da somatória dos seus impactos exceder 2% da Receita Tarifária bruta anual em um Único Ano de Concessão
- ✓ Risco extraordinário: tratamento estatístico receita e insumos

Condicionantes das Licenças Ambientais

- ✓ Compartilhamento dos riscos associados à variação nos custos e investimentos para cumprir as condicionantes das licenças, permissões e autorizações da Concessão do que exceder do montante previsto no contrato:
 - 80% poder concedente
 - 20% Concessionária

Impactos Free-flow

- ✓ Inadimplência

Desapropriação

- ✓ Compartilhamento do que exceder do montante previsto no contrato:
 - 80% poder concedente
 - 20% Concessionária

Acidentes Geotécnicos Extraordinários

- ✓ Construção de rotas alternativas;
- ✓ Tratamento e estabilização de talude;
- ✓ Reconstrução do leito estradal;
- ✓ Movimentações de material;
- ✓ Reconstrução e reconformação de dispositivos de drenagem;
- ✓ Tratamento das áreas degradadas e possíveis indenizações em consequência do evento.

Os custos das intervenções necessárias à restauração da normalidade em taludes objeto de acidentes geotécnicos extraordinários, serão compartilhados da seguinte forma:

- 80% poder concedente
- 20% Concessionária

FLUXO DE UM PROJETO DE Concessão de Rodovias



LEILÕES

Informações Financeiras

Capital Social Mínimo Obrigatório: Máximo entre 15% do Fluxo de Caixa (FCFF) negativo projetado e a necessidade de caixa dos dois primeiros anos, sendo que 50% é integralizado à título de primeira parcela.

Caso ocorra captação líquida de capital de terceiros para o Aporte de Recursos Vinculados (acima de 18% de deságio) antes da assinatura do Contrato, o capital social a ser subscrito e integralizado será reduzido proporcionalmente ao valor de captação líquida de capital de terceiros até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor relativo ao Aporte de Recursos Vinculados.

Considera-se captação líquida de capital de terceiros a diferença entre:

- a. os recursos financeiros transferidos para a Concessionária oriundos de contratos de abertura de crédito, emissão de debêntures, nota promissória, entre outros, estabelecidos pela Concessionária com parte não relacionada ao seu grupo econômico, com prazo superior a 2 anos; e
- b. pagamentos feitos a título de juros, amortização e encargos de dívidas ou empréstimos assumidos pela Concessionária.

Garantia da Proposta: 1% do Valor Presente Líquido - VPL (receita)

Poderá ser prestada em dinheiro, títulos da dívida pública, título de capitalização, seguro garantia ou fiança bancária.

Vigência de no mínimo 1 ano a contar da Data de Recebimento dos Envelopes.

Garantia de Execução do Contrato: garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais.

5% do VPL (receita) até a conclusão das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias descritas no PER e nos 2 últimos anos do contrato.

2,5% do VPL (receita) no restante do período.

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada à conclusão das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias e Obras de Manutenção de Nível de Serviço descritas no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

FINANCIAMENTO

de Concessões Rodoviárias BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é uma instituição financeira pública brasileira que promove o desenvolvimento econômico e social, apoiando projetos de infraestrutura para o crescimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

O BNDES financia concessões rodoviárias federais, oferecendo suporte por meio de sua equipe do Departamento de Infraestrutura e Concessões Rodoviárias (AINFRA/DECRO).

Lei Nº 14.937, de 26 de julho de 2024

Na hipótese de financiamento de projetos de concessão, para exploração de serviços públicos, a instituição financeira poderá adotar a parcela prefixada da TLP e as Taxas Prefixadas vigentes na data do respectivo leilão



Acesse mais informações sobre o BNDES

Formas de apoio:

- BNDES finem
- BNDES debêntures em ofertas públicas
- BNDES garantia
- Subcrédito backstop

Taxa de juros: Composta pelo custo de captação e remuneração do BNDES.

Prazos: Até 34 anos, com desembolsos realizados conforme o progresso dos investimentos.

Volume de Dívida: Até 100% dos investimentos financiáveis, limitado a 80% dos investimentos totais, considerando a necessidade de financiamento do projeto e restrito à sua capacidade de pagamento.

Garantias:

- **Garantias mínimas:** Penhor ou alienação fiduciária das ações de emissão da SPE e penhor ou cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos valores do sistema de contas exigidos para a operação.
- **Garantias período do pré-completion:** Em caso de identificação de riscos não mitigados, poderá exigir garantias adicionais, como fiança corporativa, fiança bancária ou compromisso de aporte de capital (ESA), entre outras.

Portaria MT nº 995/2023 - Nova Política de Outorgas

DEBÊNTURES

Incentivadas e de Infraestrutura

Quer saber mais?

Acesse o Guia de Debêntures e a Cartilha do Ministério dos Transportes para orientações nos QR Codes abaixo:



Acesse o Guia de Debêntures



Acesse a Cartilha para conhecer os procedimentos no portal Gov.BR

Legislação Referencial:

- Lei nº 12.431/2011
- Lei nº 14.801/2024
- Decreto nº 11.964/2024
- Portaria MT nº 689/2024



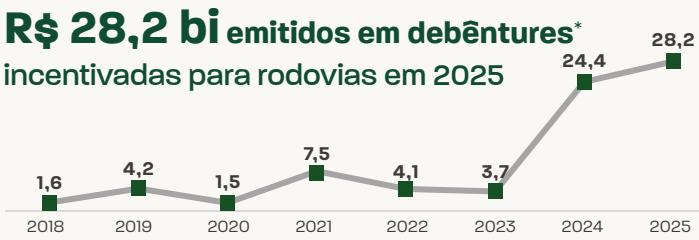
O que são?

As **debêntures incentivadas** e as **debêntures de infraestrutura** são instrumentos com incentivo fiscal cujo objetivo é facilitar a captação de recursos no mercado de capitais para financiar investimentos em infraestrutura.

- ✓ **Debêntures incentivadas** dão incentivo fiscal para o comprador: isenção de IRPF e alíquota reduzida a 15% para IRPJ.
- ✓ **Debêntures de infraestrutura** dão incentivo fiscal para o emissor: dedução de 130% da remuneração paga na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

Por que emitir?

As debêntures incentivadas são um **título consolidado** no mercado brasileiro. Impulsionadas por esse sucesso, as de infraestrutura foram criadas em 2024 com diferenciais para atrair **investidores estrangeiros e fundos de pensão**.



*A preços de fev/2025 (correção pelo IPCA)

A nova regulamentação do Ministério dos Transportes para os dois tipos de debêntures garantiu **desburocratização**, dispensando aprovação prévia. Os **procedimentos** foram **simplificados**, dando a **segurança jurídica** e a **celeridade** necessárias para captação.

Os **novos projetos** de concessão rodoviária **já se enquadraram** nos critérios de **sustentabilidade ambiental e social** exigidos pelo Ministério para emissão de debêntures, tornando os títulos ainda mais competitivos.

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Portaria N° 622, de 28 de junho de 2024

Estabelece diretrizes para alocação de recursos em contratos de concessão rodoviária visando ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à transição energética.

Aplicação de, no mínimo, 2,5% do Modelo Econômico Financeiro - MEF para Sustentabilidade ambiental e resiliência climática

Diretrizes Ambientais

Busca por alternativas sustentáveis de coleta e descarte de recursos para a redução do impacto no meio ambiente

Mitigação das mudanças climáticas por meio da redução na emissão de poluentes (GEE)

Incentivo à eficiência energética e uso de fontes de energia renováveis

Conservação da fauna e flora e mitigação de danos ao ecossistema



Acesse mais informações sobre a portaria

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E Infraestrutura Resiliente

Portaria N° 622, de 28 de junho de 2024

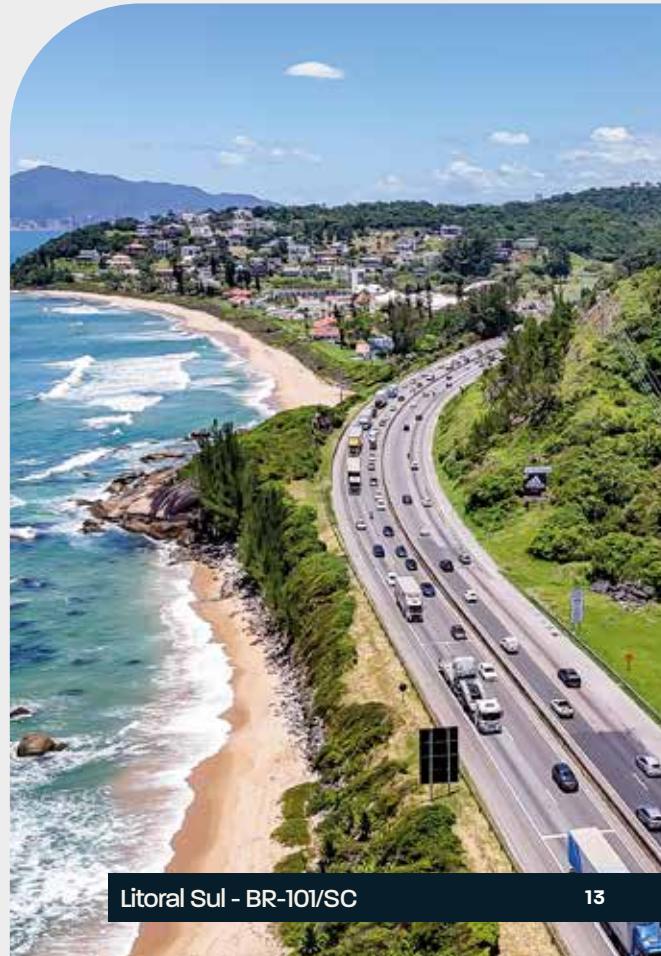
Infraestrutura Resiliente

- 1% (um por cento) da receita bruta da concessão previsto no Modelo Econômico Financeiro - MEF, alocado nos recursos vinculados, para o desenvolvimento de infraestrutura resiliente, com o objetivo de reduzir os impactos na infraestrutura rodoviária decorrentes das mudanças do clima;
- Ações de acompanhamento, registro e enfrentamento de eventos climáticos extremos e de antecipação e prevenção de possíveis danos.

- ✓ Adaptação às Mudanças Climáticas
- ✓ Resposta a Ameaças Emergentes
- ✓ Promoção da Inovação e Tecnologia
- ✓ Redução de Riscos e Custos
- ✓ Sustentabilidade e Conservação de Recursos
- ✓ Segurança e Continuidade Operacional
- ✓ Crescimento Econômico e Desenvolvimento Social

Diretrizes dos padrões de desempenho da International Finance Corporation (IFC)

- ✓ Investimentos previstos no Modelo Econômico Financeiro - MEF que, em média, correspondem a 1,5% da Tarifa Básica de Pedágio
- ✓ Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais
- ✓ Condições de Trabalho e Emprego
- ✓ Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição
- ✓ Saúde e Segurança da Comunidade
- ✓ Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário
- ✓ Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos
- ✓ Povos Indígenas
- ✓ Patrimônio Cultural



Litoral Sul - BR-101/SC

NOVA POLITICA DE SEGURANÇA VIÁRIA E PATRIMONIAL:

Institui nova Política com o objetivo de estabelecer diretrizes integradas para a segurança viária e patrimonial nos segmentos da malha rodoviária federal, promovendo a proteção dos usuários, trabalhadores e bens públicos.

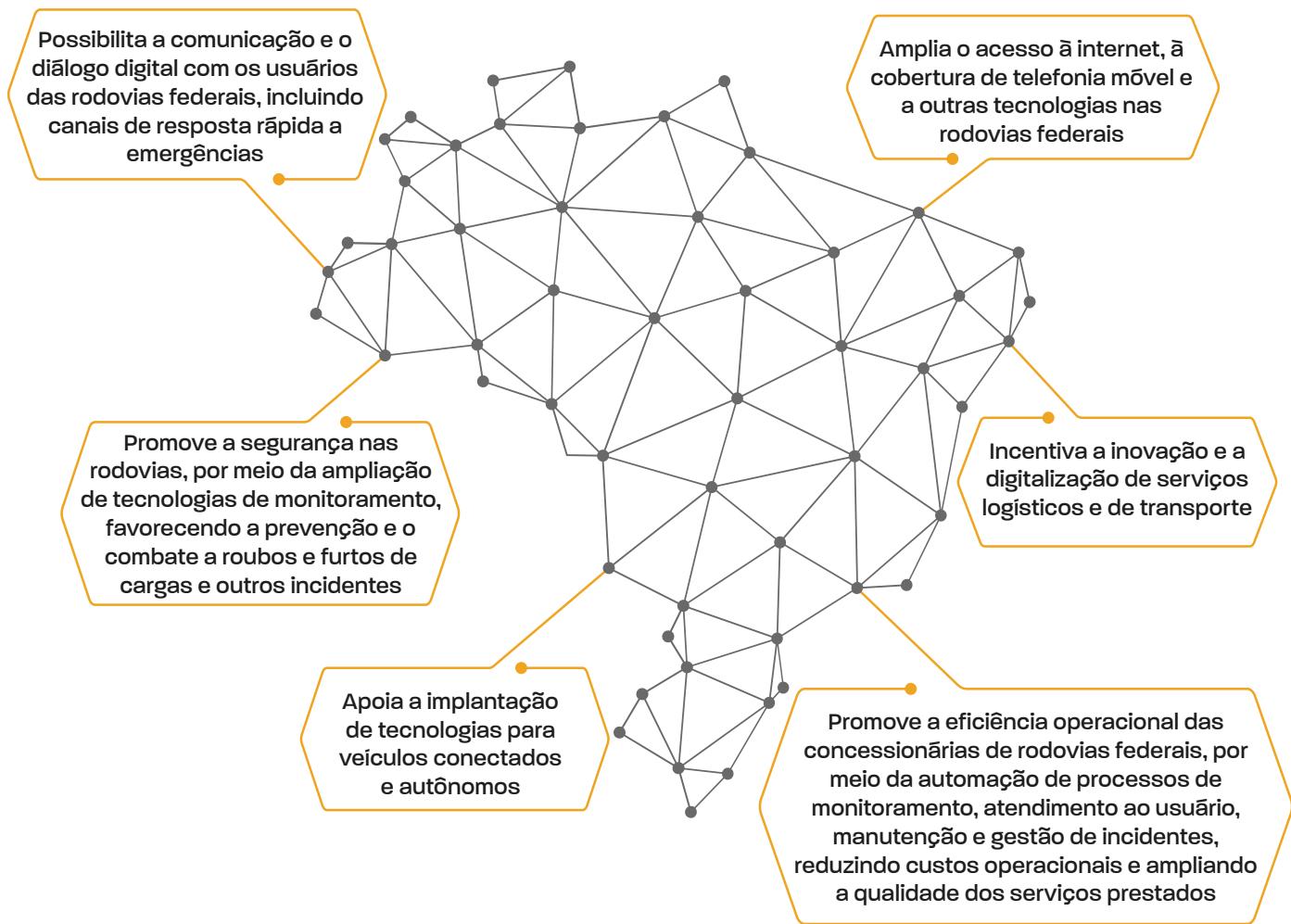
É orientada pelas seguintes diretrizes:

- ✓ Implantação de dispositivos de engenharia voltados à preservação da vida, como a execução de obras de ampliação de capacidade, correções de traçado, barreiras físicas, passarelas e sinalização adequada;
- ✓ Estabelecimento de metas de redução de sinistros por trecho;
- ✓ Tratamento de trechos críticos com tecnologia e soluções de engenharia;
- ✓ Fomento à priorização da execução de investimentos em infraestrutura crítica;
- ✓ Promoção de campanhas educativas de trânsito;
- ✓ Monitoramento contínuo de indicadores de accidentalidade;
- ✓ Elaboração de planos de segurança viária, com foco em pontos críticos;
- ✓ Fomento à implantação de videomonitoramento inteligente com detecção automática de incidentes;
- ✓ Definição de protocolos de segurança para instalações críticas;
- ✓ Fomento a parcerias e uso de tecnologias e equipamentos voltados à rastreabilidade e monitoramento que possibilitem rastreabilidade de cargas, prioritariamente as sensíveis;
- ✓ Cooperação operacional com a Polícia Rodoviária Federal e demais forças de segurança visando fortalecer o patrulhamento ostensivo em áreas de risco;
- ✓ Fomento à integração dos Centros de Controle Operacionais das concessionárias ao Centro Nacional Operacional da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; e
- ✓ Fomento à implantação de Centros de Controle Operacionais pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.



NOVA POLITICA DE CONECTIVIDADE:

Institui a Política Nacional de Conectividade em Rodovias Federais, instrumento essencial para modernizar a infraestrutura viária do país, ampliar o acesso à informação, promover a segurança nas estradas e garantir melhor comunicação entre os usuários, as concessionárias e o Poder Público:

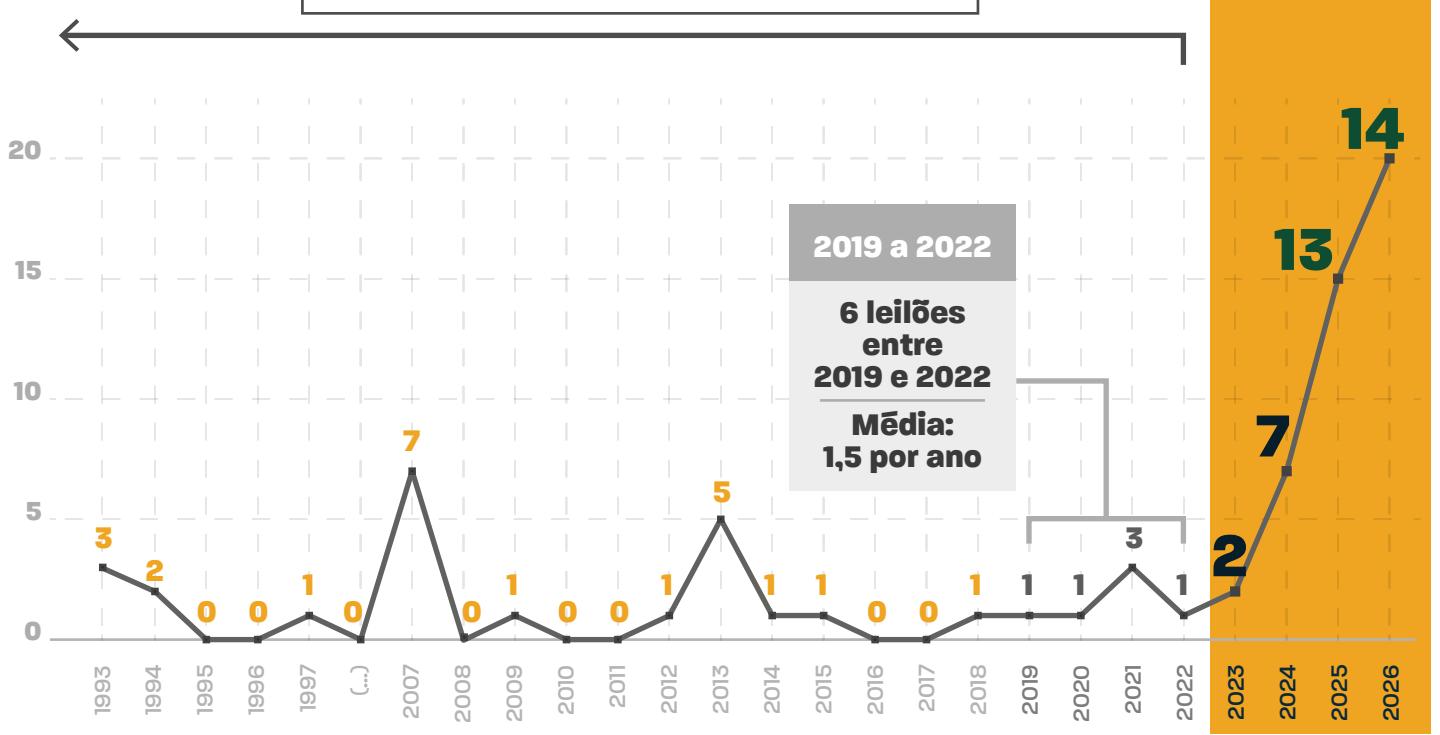


HISTÓRICO

Leilões no Brasil



Número de Leilões



2023 a 2026

36 leilões

19 realizados de 2023
até outubro de 2025

Média 6 leilões já realizados

2023 a 2026

MÉDIA: 1 leilão por ano de 1993 até 2022

2019 a 2022

6 leilões
entre
2019 e 2022

Média:
1,5 por ano

CONTRATOS DE CONCESSÃO

Rodoviários vigentes

	Concessionária	Assinatura do Contrato	Extensão (km)	Total Bilhões R\$(Dez/2024)		
				Capex	Opex	Capex + Opex
1	Ecovias Sul BR-116/293/392/RS	15/07/1998	457,30	1,15	2,18	3,33
2	Autopista Fernão Dias BR-381/MG/SP	14/02/2008	562,10	4,48	5,74	10,22
3	Autopista Fluminense BR-101/RJ	14/02/2008	320,10	6,50	4,59	11,09
4	Autopista Litoral Sul BR-116-376/PR and BR-101/SC	14/02/2008	405,90	6,33	5,48	11,81
5	Autopista Planalto Sul BR-116/PR/SC	14/02/2008	412,70	2,24	3,26	5,48
6	Autopista Régis Bittencourt BR-116/SP/PR	14/02/2008	401,60	6,27	5,08	11,35
7	Transbrasiliiana BR-153/SP	14/02/2008	321,60	2,53	2,31	4,84
8	Ecovias Minas Goiás BR-050/GO/MG	05/12/2013	436,60	6,18	4,01	10,19
9	Concebra BR-060/153/262/DF/GO/MG	31/01/2014	733,80	9,23	4,63	13,86
10	Nova Rota do Oeste BR-163/MT	12/03/2014	850,90	8,07	4,64	12,71
11	Ecovias Ponte BR-101/RJ	18/05/2015	13,20	2,34	1,55	3,89
12	Via Sul BR-101/290/386/448/RS	11/01/2019	472,00	11,00	7,96	18,96
13	Ecovias Cerrado BR-364/365/MG/GO	19/12/2019	437,00	3,10	3,81	6,91
14	Via Costeira BR-101/SC	06/07/2020	220,42	4,58	4,78	9,36
15	Ecovias Araguaia BR-153/080/414/TO/GO	29/09/2021	850,70	10,62	8,44	19,06
16	Rio SP BR-116/101/SP/RJ	28/01/2022	625,80	20,12	14,79	34,91
17	Via Brasil BR-163/230/MT/PA	01/04/2022	1.009,52	2,55	1,43	3,98
18	Ecovias Rio Minas BR-116/465/493/RJ/MG	19/08/2022	726,90	12,93	11,63	24,56
19	EPR Litoral Pioneiro BR-153/277/369/PR e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855	30/01/2024	604,16	11,87	7,63	19,50
20	Via Araucária BR-277/373/376/476/PR e PR-418/423/427	30/01/2024	473,01	9,35	6,11	15,46

CONTRATOS DE CONCESSÃO

Rodoviários vigentes

	Concessionária	Assinatura do Contrato	Extensão (km)	Total Bilhões R\$(Dez/2024)		
				Capex	Opex	Capex + Opex
21	Via Mineira BR-040/MG	04/07/2024	232,10	5,37	3,89	9,26
22	Nova 381 BR-381/MG	22/01/2025	303,40	6,10	4,11	10,21
23	Via Cristais BR-040/GO/MG	10/02/2025	594,80	6,86	5,91	12,77
24	Way-262 BR-262/MG	14/02/2025	438,90	4,65	4,37	9,02
25	Rota Verde Goiás BR-060/452/GO	28/03/2025	426,20	4,21	2,96	7,17
26	EPR Iguaçu BR-163/277/PR e PR-158/180/182/280/483	11/04/2025	662,10	13,48	7,94	21,42
27	PR Vias BR-369/373/376/PR e PR-090/170/323/445	11/04/2025	569,75	10,58	6,47	17,05
28	Nova 364 BR-364/RO	18/07/2025	686,70	6,63	4,05	10,68
29	Motiva Pantanal BR-163/MS	01/08/2025	847,20	10,36	8,25	18,61
30	Ecovias Capixaba BR-101/ES/BA	26/08/2025	475,90	7,71	3,61	11,31
31	Nova Estrada Real BR-040/495/RJ/MG	29/09/2025	218,90	5,49	4,18	9,67
32	Rota da Celulose (rodovias delegadas ao estado de MS) BR-262/267/MS e MS-040/338/395	-	870,30	6,91	3,19	10,10
33	Ponte Binacional São Borja/BRA - Santo Tomé/ARG BR-287/RS - Brasil-Argentina	-	15,20	0,19	0,40	0,59
34	Rota Agro BR-060/364/GO/MT	-	490,06	4,49	2,88	7,37
35	Via Liberdade (rodovias delegadas ao estado de MG) BR-356/MG e MG-262/329	-	190,0	3,63	1,95	5,58
36	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 4 BR-272/369/376/PR e PR-182/272/317/323/444/862/897/986	-	627,52	10,82	7,37	18,19
37	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 5 BR-163/368/467/PR e PR-158/317/467/977/978	-	432,77	6,68	5,18	11,86
Total				18.417	255,57	186,77
						442,34

LELÕES REALIZADOS

2023 + 2024 + 2025 (até outubro)

	Concessões	Ext. km	CAPEX R\$ (bi)	OPEX R\$ (bi)	CAPEX +OPEX	Leilão	Qnt. Particip.	Vencedor	Assinatura do Contrato ou Termo Aditivo	Início da Operação
2023	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 1	473,01	7,91	5,16	13,07	25/08	2	Infraestrutura Holding XXI S.A.	30/01/2023	30/02/2023
	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 2	604,16	10,78	6,45	17,23	29/09	1	Consórcio Infraestrutura PR	02/02/2024	02/03/2024
	Belo Horizonte - Juiz de Fora	232,10	5,04	3,65	8,69	11/04	3	Consórcio Infraestrutura MG	09/07/2024	09/08/2024
	Governador Valadares - Belo Horizonte	303,40	5,58	3,76	9,34	29/08	2	4UM Investimentos	24/01/2025	24/02/2025
2024	Rota dos Cristais	594,80	6,49	5,60	12,09	26/09	4	VINCI Highways S.A.S	10/02/2025	10/03/2025
	Rota Zebu	438,90	4,39	4,14	8,53	31/10	2	Rotas do Brasil S.A.	14/02/2025	14/03/2025
	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 3	569,75	9,87	6,04	15,91	12/12	3	CCR S.A.	16/04/2025	16/05/2025
	Rota Verde	426,20	4,03	2,84	6,87	12/12	4	Consórcio Rota Verde Goiás	28/03/2025	28/04/2025
2025	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 6	662,10	12,67	7,44	20,11	19/12	1	Consórcio Infraestrutura PR	16/04/2025	16/05/2025
	Rota Agro Norte	686,70	6,35	3,88	10,23	27/02	1	4UM-OPPORTUNITY	18/07/2025	18/08/2025
	Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ	218,90	5,02	3,82	8,84	30/04	3	Nova Estrada Real	29/09/2025	29/10/2025
	Rota da Celulose (delegação a MS)	870,30	6,91	3,19	10,10	08/05	4	Consórcio Caminhos da Celulose	30/11/2025*	30/12/2025*
2025	OTIMIZAÇÃO Motiva Pantanal	847,00	9,44	7,15	16,59	22/05	4	Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A	01/08/2025	01/09/2025
	OTIMIZAÇÃO Ecovias Capixaba	478,7	7,06	3,31	10,37	26/06	1	EcoRodovias	12/09/2025	12/10/2025
	Ponte Binacional São Borja/BRA a Santo Tomé/ARG	15,2	0,18	0,39	0,57	16/07	3	CSINFRA	29/08/2025	29/09/2025
	Rota Agro	490,07	4,42	2,84	7,26	14/08	5	Consórcio Rota Agro Brasil	20/11/2025	20/12/2025
2025	Via Liberdade (delegação a MG)	190,0	3,63	1,95	5,58	18/09	2	Consórcio Rota da Liberdade	-	-
	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 4	627,52	10,82	7,37	18,19	23/10	-	-	06/02/2026*	06/03/2026*
	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 5	432,77	6,68	5,18	11,86	30/10	-	-	06/02/2026*	06/03/2026*
	Total	9.156	127,27	84,16	211,43					

*Previsão

MAPA DA CARTEIRA contratada 2023 a out/2025

2023

Rodovias Integradas do Paraná - Lote 1

Rodovias Integradas do Paraná - Lote 2

Belo Horizonte - Juiz de Fora

Governador Valadares - Belo Horizonte

Rota dos Cristais

Rota Zebu

Rodovias Integradas do Paraná - Lote 3

Rota Verde

Rodovias Integradas do Paraná - Lote 6

Rota Agro Norte

Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ

Rota da Celulose (delegação a MS)

OTIMIZAÇÃO Motiva Pantanal

2025

OTIMIZAÇÃO Ecovias Capixaba

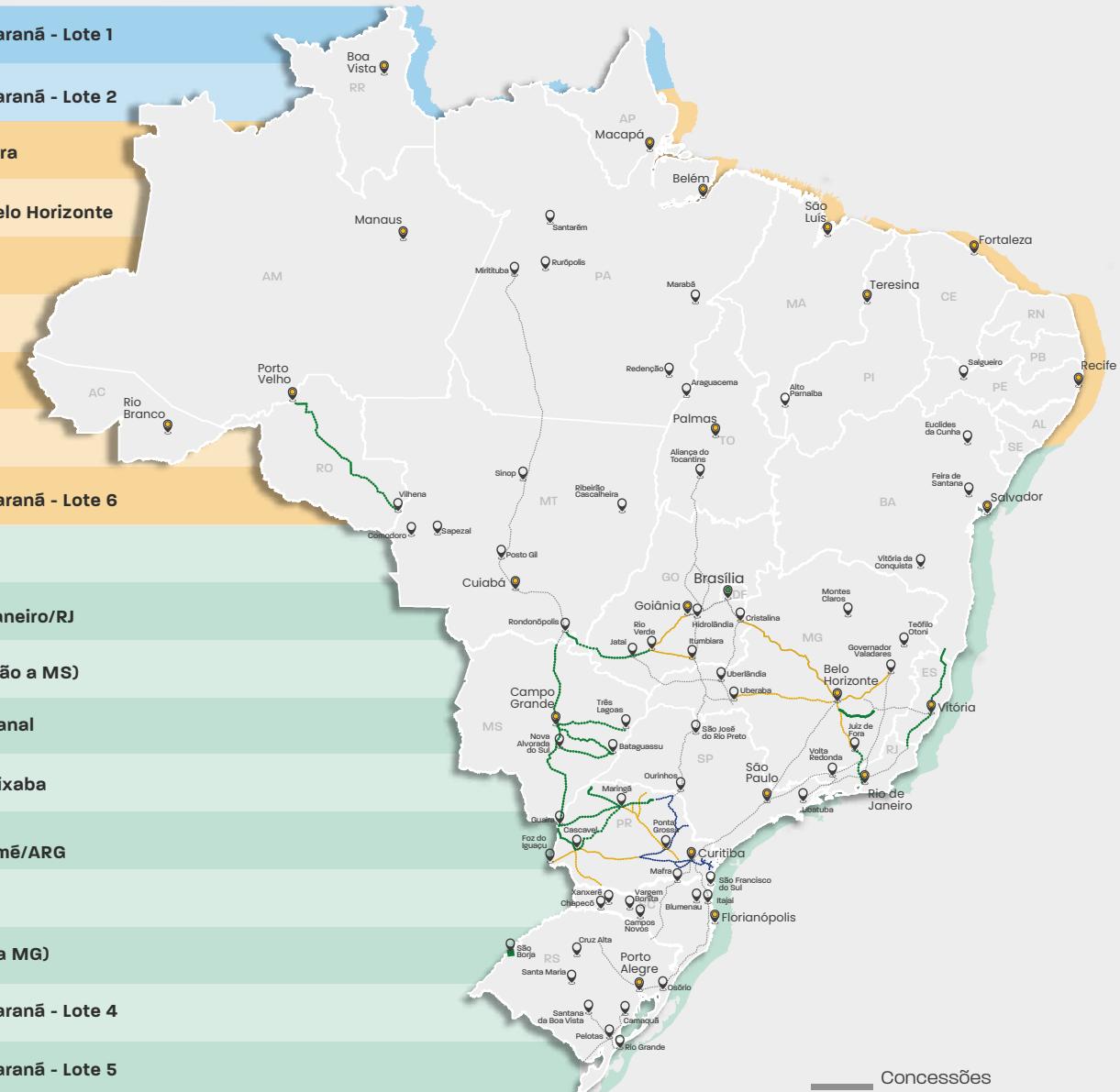
Ponte Binacional
São Borja/BRA a Santo Tomé/ARG

Rota Agro

Via Liberdade (delegação a MG)

Rodovias Integradas do Paraná - Lote 4

Rodovias Integradas do Paraná - Lote 5

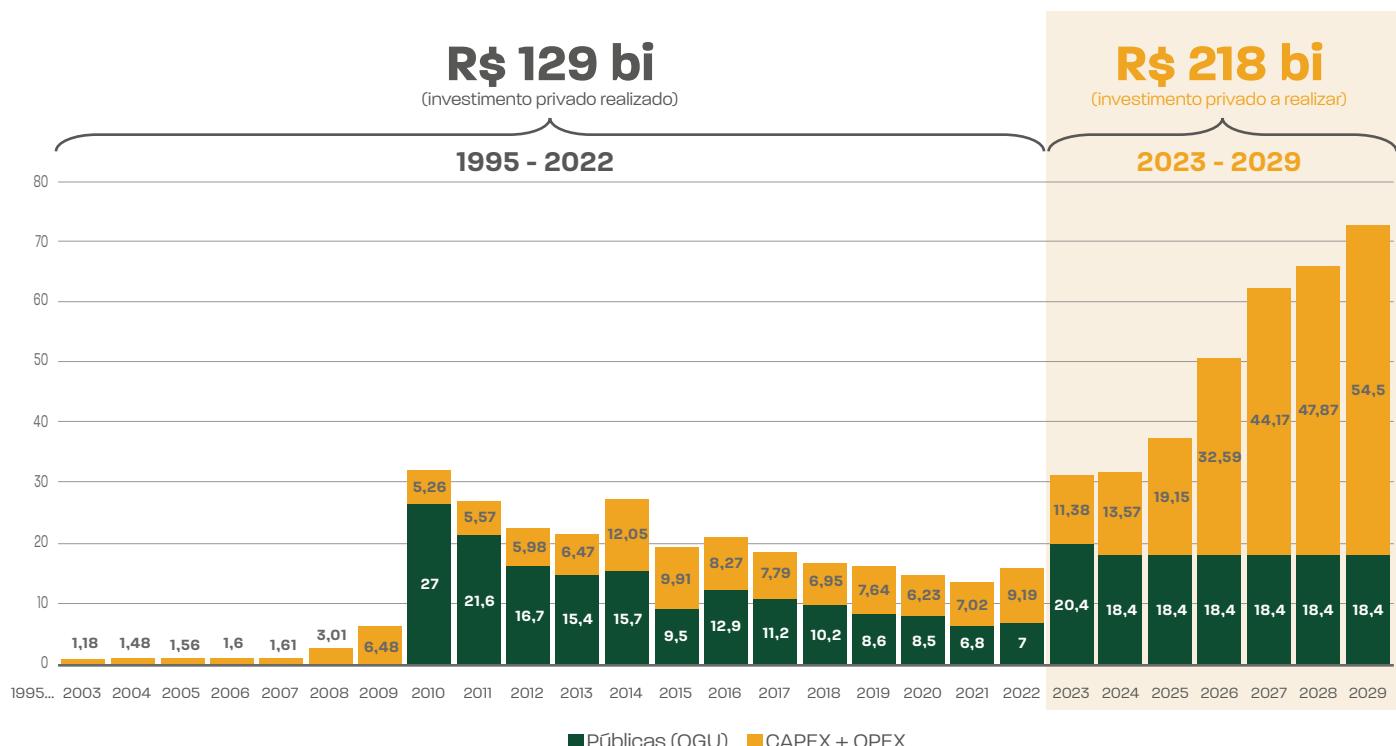


INVESTIMENTOS PÚBLICOS X PRIVADOS

Rodovias Públcas e Concessões

A previsão de investimentos privados entre 2023 e 2029, 7 anos, é de R\$ 218 bilhões,

enquanto o valor executado nos últimos 27 anos foi de R\$ 129 bilhões de 1995 até 2022



AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

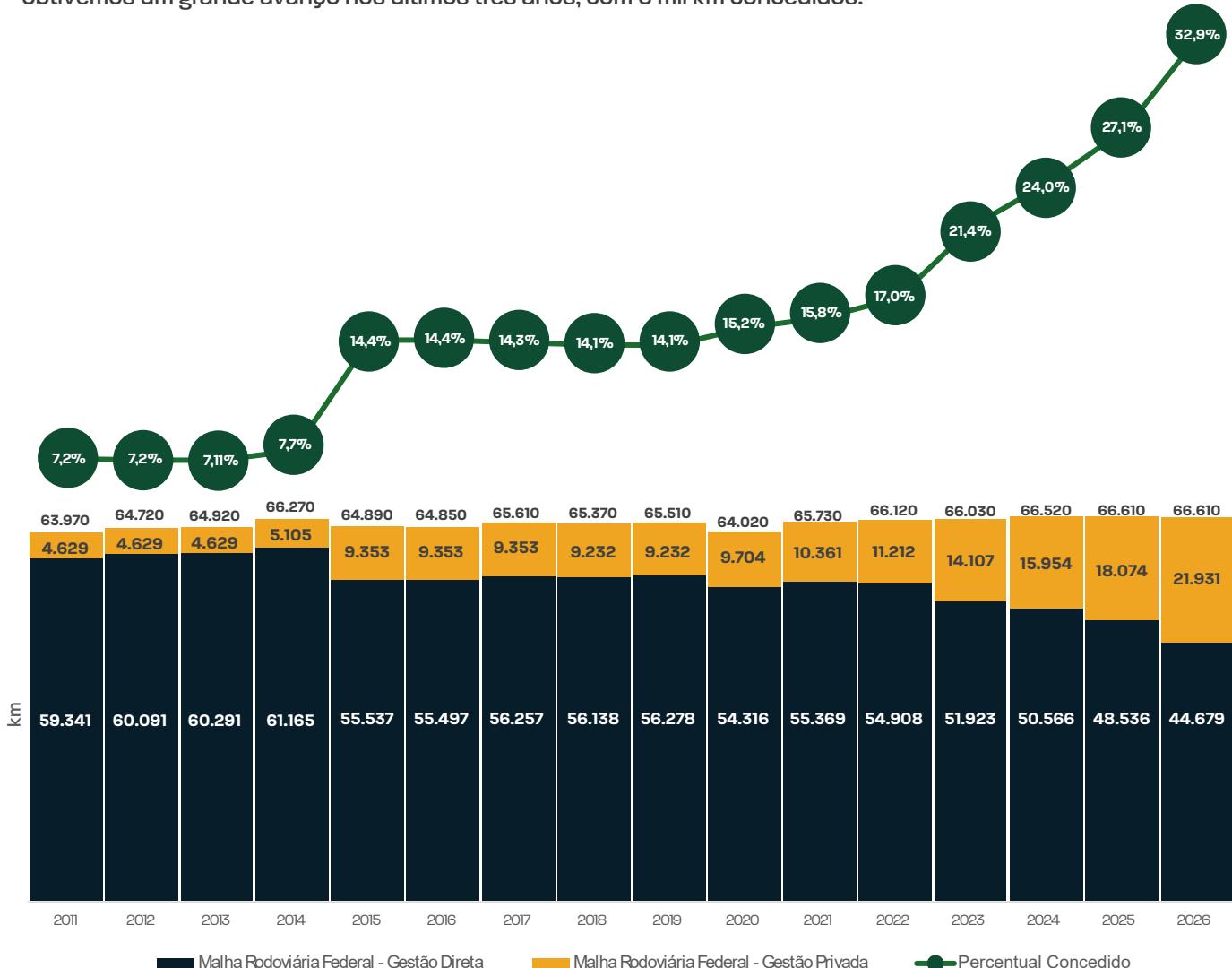
em Infraestrutura Públcos e Privados

(Livro azul da Infraestrutura 2024/ABDIB)

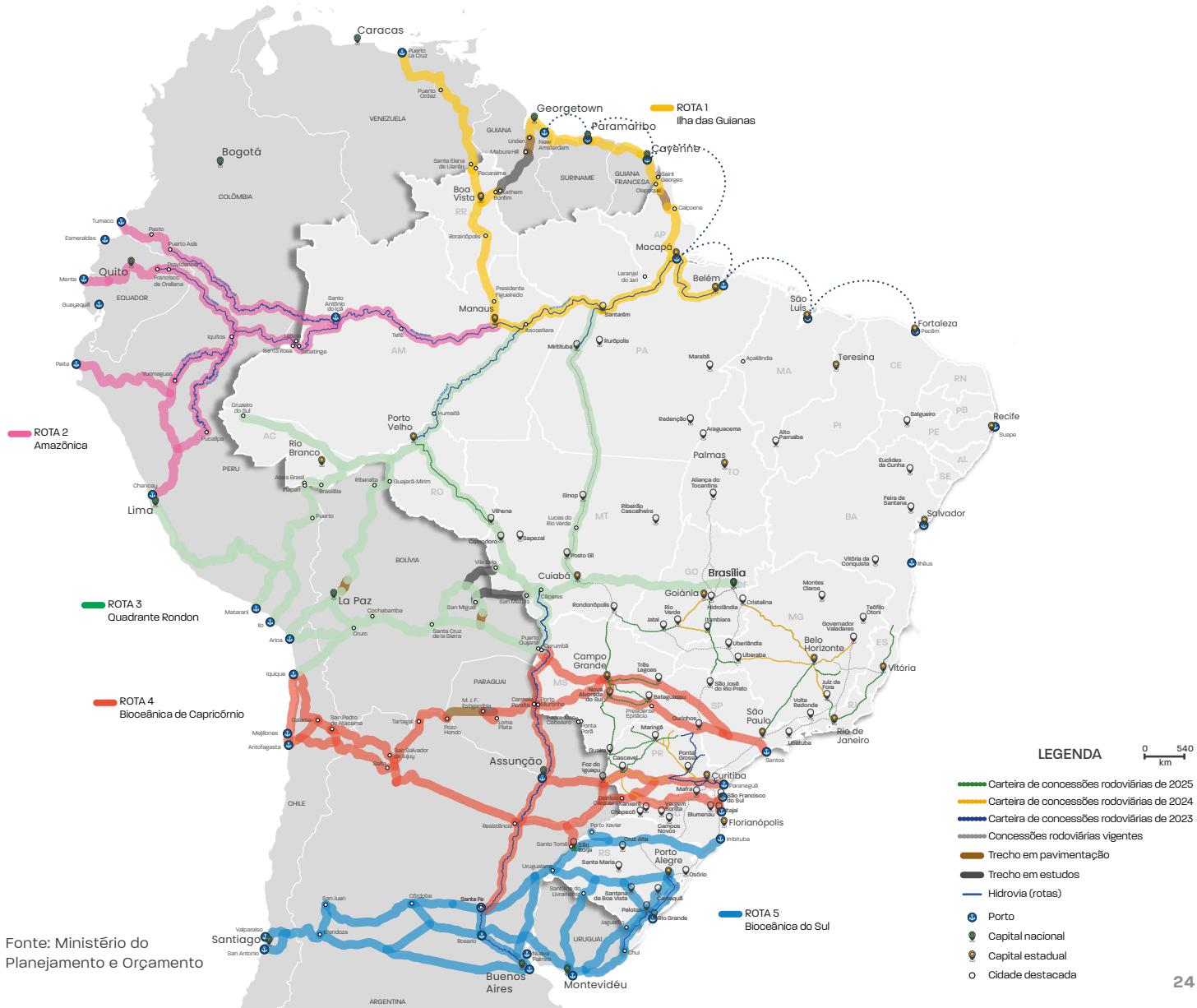


TRANSFERÊNCIA DE GESTÃO DO PÚBLICO PARA O PRIVADO

O Programa de Concessões de Rodovias Federais - PROCROFE deu início a transferência da Malha Rodoviária Federal pavimentada para a administração privada. Medida importe para a manutenção e operação das rodovias, obtivemos um grande avanço nos últimos três anos, com 6 mil km concedidos.

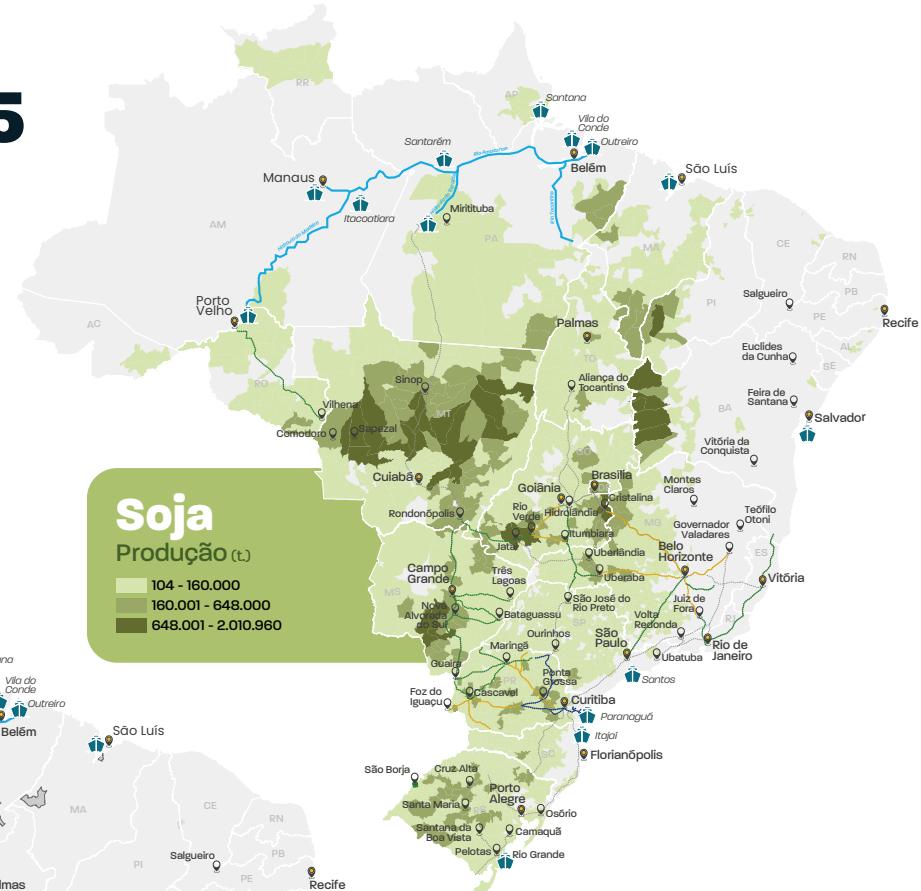


CARTEIRA DE CONCESSÕES COM Rotas de Integração Sul-Americana



CARTEIRA 2025

CORREDORES LOGÍSTICOS



- Carteira 2025
- Carteira 2024
- Carteira 2023
- Concessões vigentes

Fonte: SFPLAN/SE/MT
(atualizado em 24/01/2025)

CARTEIRA 2025

CORREDORES LOGÍSTICOS



- Carteira 2025
- Carteira 2024
- Carteira 2023
- Concessões vigentes

Fonte: SFPLAN/SE/MT
(atualizado em 24/01/2025)

CONCESSÕES DE RODOVIAS

2023 + 2024 + 2025 (realizado até outubro)

19 leilões

9.156 km
2.883 km
duplicação
2.128 km
faixa adicional

2023

2 leilões
1.078 km

R\$ 30,3 bi TOTAL
◦ R\$ 18,7 bi CAPEX
◦ R\$ 11,6 bi OPEX

694 km
duplicação

349 km
faixa adicional

R\$ **211 bi**

R\$ 127 bi + R\$ 84 bi
(CAPEX) (OPEX)

2024

7 leilões
3.221 km

R\$ 81,6 bi TOTAL
◦ R\$ 48,1 bi CAPEX
◦ R\$ 33,5 bi OPEX

951 km
duplicação

789 km
faixa adicional

2025
(até o fim de outubro)

10 leilões
4.858 km

R\$ 99,6 bi TOTAL
◦ R\$ 60,5 bi CAPEX
◦ R\$ 39,1 bi OPEX

1.238 km
duplicação

990 km
faixa adicional

LEILÕES

2023 + 2024 + 2025

19 leilões realizados e 3 editais publicados

22 Leilões

10.578 km

18 estudos

**R\$ 194,96 bi TOTAL
R\$ 116,30 bi CAPEX
R\$ 78,66 bi OPEX**

2.550 km
em duplicação

1.970 km
em faixa adicional

R\$
247
bi

R\$ 148 bi + R\$ 99 bi
(CAPEX) (OPEX)

4 processos competitivos

(Leilões de Otimizações contratuais)

2.217 km

**R\$ 52,03 bi TOTAL
R\$ 32,05 bi CAPEX
R\$ 19,98 bi OPEX**

425 km
em duplicação

350 km
em faixa adicional

CONCESSÕES DE RODOVIAS

2025

13 Leilões

6.279 km

1.331 km
duplicação

1.183 km
faixa adicional

9 Leilões
novos estudos

4.063 km

R\$ 49,5 bi CAPEX
R\$ 33,6 bi OPEX

905 km

em duplicação

833 km

em faixa adicional

R\$ 135 bi

R\$ 82 bi + R\$ 54 bi
(CAPEX) (OPEX)

4 Leilões de
Otimizações Contratuais

2.217 km

R\$ 32 bi CAPEX
R\$ 20 bi OPEX

425 km

em duplicação

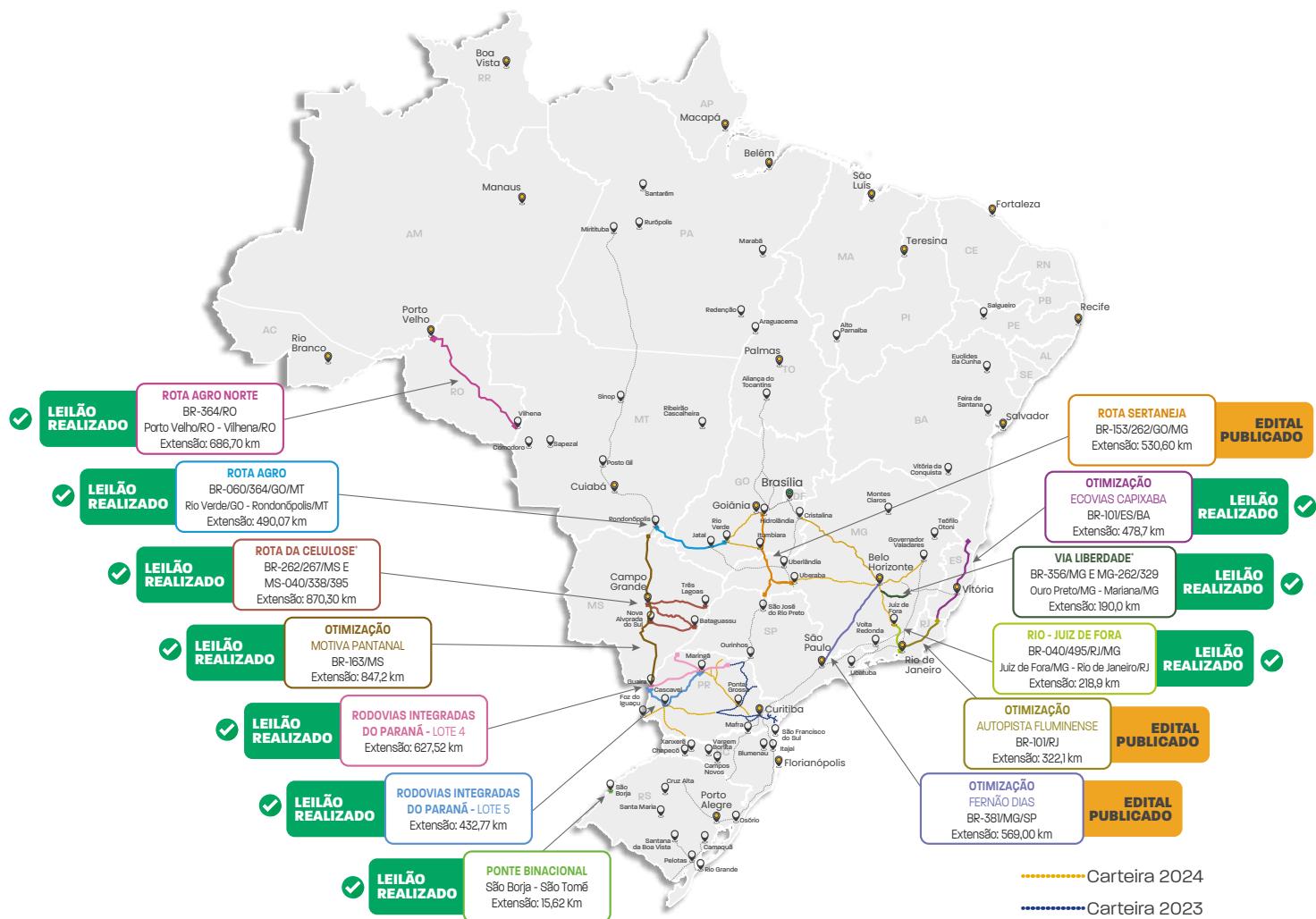
350 km

em faixa adicional

- Motiva Pantanal
- Ecovias Capixaba
- Autopista Fluminense
- Autopista Fernão Dias

MAPA

Carteira 2025



*Convênio de delegação

BR-364/RO

Rota Agro Norte

A concessão da BR-364/RO está inserida no Estado de Rondônia, de Porto Velho à Divisa do estado com o Mato Grosso. O trecho contempla os acessos aos principais portos e faz a ligação entre o oeste de Mato Grosso e os estados de Rondônia e Acre, sendo feito o transporte de Granéis Sólidos Agrícolas para escoamento por Porto Velho/RO pelo rio Madeira, além das demais cargas que chegam agora mais diretamente à região, sem passar pelo rio Amazonas e chegar a Porto Velho/RO de balsa.



STATUS: Leilão Realizado

Atualizado em 03/02/2025

Trecho Porto Velho/RO - Vilhena/RO	Extensão 686,70 km	Duplicação: 107,57 km Faixas Adicionais: 190,60 km Acesso: 34,45 km Marginais: 17,79 km Praças a implantar: 7 Praças existentes: 0 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 58 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 24 passarelas de pedestres (novas e remodeladas), 18 travessias em nível e 3 pontos de Parada de Descanso														
Capex R\$ 6,35 bi <small>R\$ 2,90 bi (VPL)</small>	Opex R\$ 3,88 bi <small>R\$ 1,06 bi (VPL)</small>	WACC 11,17% a.a.	Estimativa de empregos 92.003 <small>(direto, indireto, efeito-renda)</small>														
TKM (PS) 0,1911	Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC) Granéis Sólidos Agrícolas (GSA)	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 9,20 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 5,62 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,0809 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 5,20 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 11,78 bilhões Receita Bruta: R\$ 23,75 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 6,07 bilhões CAGR Tráfego: 1,08% a.a.	Edital Novembro/24														
Leilão 27/02/25	Data-base: jan/24	CAPEX/Receita (VPL): 48% VEQ/dia/práça: 11.221	Ciclo de Obras: 20 ano ao 80 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 457 milhões														
		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>20 Ano</th> <th>30 Ano</th> <th>40 Ano</th> <th>50 Ano</th> <th>60 Ano</th> <th>70 Ano</th> <th>80 Ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>254,57</td> <td>542,75</td> <td>687,78</td> <td>893,85</td> <td>761,41</td> <td>340,64</td> <td>257,26</td> </tr> </tbody> </table>	20 Ano	30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano	80 Ano	254,57	542,75	687,78	893,85	761,41	340,64	257,26	Garantia da Proposta: R\$ 55 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 304 milhões
20 Ano	30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano	80 Ano											
254,57	542,75	687,78	893,85	761,41	340,64	257,26											

CAPEX em R\$ Milhões

BR-040/495/ RJ/MG

Rio de Janeiro - Juiz de Fora

Trecho rodoviário atualmente concedido, faz a ligação entre o Rio de Janeiro e o Estado de Minas Gerais, além de conectar importantes cidades turísticas cariocas, como Petrópolis e Teresópolis.

A rodovia dá acesso ao Porto do Rio de Janeiro, que movimentou aproximadamente 10 milhões de toneladas de janeiro à novembro de 2023, sendo 6,8 milhões de toneladas em cargas conteinerizadas.



STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 24/01/2025

	Trecho Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ		Extensão 218,9 km		Duplicação: 13,13 km Faixas Adicionais: 86,61 km Contorno: Não há Marginais: 14,67 km Praças a implantar: 1 Praças existentes: 2 Pórticos a implantar: 0		Obras relevantes: 38 dispositivos e interseções (novas passarelas), 12 passarelas de pedestres (novas e remodeladas), 3 túneis e 1 ponto de Parada de Descanso	
	Capex R\$ 5,02 bi R\$ 2,41 bi (VPL)		Opex R\$ 3,82 bi R\$ 1,05 bi (VPL)		Estimativa de empregos 72.771 (direto, indireto, efeito-renda)		CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 22,94 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 17,46 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,1894 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 4,78 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 5,70 bilhões Receita Bruta: R\$ 20,14 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 4,91 bilhões CAGR Tráfego: 1,62% a.a.	
	WACC 11,17% a.a.		0,3351		Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC) Outros Granéis Sólidos Minerais (OGSM)		CAPEX/Receita (VPL): 49% VEQ/dia/práça: 20.655	
	Edital 20/01/25	Data-base: jan/23		Ciclo de Obras: 30 ano ao 70 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 268,20 milhões		Garantia da Proposta: R\$ 49 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 246 milhões		
	Leilão 30/04/25			30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano				
				393,91	761,12	1020,06	667,89	185,98
				CAPEX em R\$ Milhões				

BR-262/267/MS E MS-040/338 /395

Rota da Celulose*

Projeto em parceria com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, a Rota da Celulose é formada por importantes rodovias para o transporte da produção industrial e a cadeia produtiva de celulose no leste do estado, bem como para o escoamento da produção agroindustrial do Centro-Oeste. Este sistema integrará a Rota Bioceânica, ligando os oceanos Atlântico e Pacífico, e abrirá novas oportunidades de exportação e importação, conectando o Brasil aos mercados da Ásia e América do Norte.



STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 03/02/2025 (Rodovias Federais delegadas ao Estado de Mato Grosso do Sul)

Trecho Três Lagoas - Campo Grande - N. Alvorada do S. - Bataguassu	Extensão 870,30 km	Duplicação: 146,63 km Faixas Adicionais: 245,39 km Contorno: 38,00 km Marginais: 12,00 km Praças a implantar: 0 Praças existentes: 0 Pórticos a implantar: 12	Obras relevantes: 90 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 16 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 3 pontos de Parada de Descanso
Capex R\$ 6,91 bi <small>R\$ 2,70 bi (VPL)</small>	Opex R\$ 3,19 bi <small>R\$ 0,88 bi (VPL)</small>	WACC 11,41% a.a.	Estimativa de empregos 100.117 <small>(direto, indireto, efeito-renda)</small>
TKM (PS) 0,1907	Cargas Gerais Conteinerizáveis <small>(CGC)</small>	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 7,94 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 3,67 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,1260 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 5,99 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 6,00 bilhões Receita Bruta: R\$ 28,11 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 7,48 bilhões CAGR Tráfego: 1,61% a.a.	CAPEX/Receita (VPL): 36% VEO/dia/práça: 12.280 Ciclo de Obras: 20 ano ao 90 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 345 milhões Garantia da Proposta: R\$ 74,82 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 150 milhões
Edital 31/01/25	Data-base: nov/24	20 Ano 30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano 80 Ano 90 Ano 372,84 372,90 436,31 587,98 436,84 204,16 224 176,37	CAPEX em R\$ Milhões

*Convênio de delegação com MS

BR-163/MS

Motiva Pantanal

OTIMIZAÇÃO CONTRATUAL da BR-163/MS um dos principais corredores logísticos de Mato Grosso do Sul, essencial para o escoamento da produção agropecuária e industrial do estado, especialmente grãos e carne bovina.

A rodovia liga Mato Grosso ao Paraná, conectando importantes polos produtivos ao restante do país e aos portos de exportação.



STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 22/05/2025

	Trecho Sonora/MS - Mundo Novo/MS		Extensão 847 km		Duplicação: 203 km Faixas Adicionais: 148 km Acesso: 28,82 km Marginais: 23 km Praças a implantar: 0 Praças existentes: 9 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 180 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 22 passarelas de pedestres (novas e remodeladas), 379 acessos e 3 pontos de Parada de Descanso
	Capex R\$ 9,44 bi R\$ 4,7 bi (VPL)		Opex R\$ 7,15 bi R\$ 2,36 bi (VPL)		Estimativa de empregos 136.773 (direto, indireto, efeito-renda)	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 11,00 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 8,44 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,0526 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 5,16 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 8,91 bilhões Receita Bruta: R\$ 34,50 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 9,63 bilhões Indenização: R\$ 0,00 CAGR Tráfego: 1,53% a.a.
	WACC 9,45% a.a.		Cargas Gerais Containerizáveis (CGC) Granéis Sólidos Agrícolas (GSA)			
	Ano 1 TKM (PS) 0,0752					
	Edital 31/01/25		CAPEX/Receita (VPL): 50% VEQ/dia/práça: 17.807		Ciclo de Obras: 10 ano ao 90 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 307 milhões	Garantia da Proposta: R\$ 96 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 481 milhões
	Leilão 22/05/25	Data-base: jan/22	10 Ano 20 Ano 30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano 80 Ano 90 Ano	490 630 875 864 989 959 638 274 378	CAPEX em R\$ Milhões	

BR-101/ES/BA

Ecovias Capixaba

OTIMIZAÇÃO CONTRATUAL do trecho da BR-101 administrado pela Eco101 vai do trevo de acesso à cidade de Mucuri, no Sul da Bahia, até Mimoso do Sul, no Espírito Santo, município que faz divisa com o Rio de Janeiro. A área concedida corta 25 municípios do estado do Espírito Santo e um da Bahia.



STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 27/05/2025

	Trecho Acesso Mucuri/BA - Mimoso do Sul/ES		Extensão 478,7 km		Duplicação: 172,81 km Faixas Adicionais: 41 km Contorno: 51 km Marginais: 33,6 km Praças a implantar: 0 Praças existentes: 7 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 2 Contornos urbanos, 40 novas passarelas de pedestres, 11 dispositivos em desnível tipo diamante, 2 dispositivos em desnível tipo trombeta e 2 pontos de Parada de Descanso
	Capex R\$ 7,06 bi R\$ 3,68 bi (VPL)		Opex R\$ 3,31 bi R\$ 1,3 bi (VPL)		Estimativa de empregos 102.290 (direto, indireto, efeito-renda)	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 14,78 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 6,91 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,074 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 10,39 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 4,79 bilhões Receita Bruta: R\$ 19,37 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 6,57 bilhões CAGR Tráfego: 2,02% a.a.
	WACC 9,21% a.a.		TKM (PS) 0,1274		Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC) Granéis Sólidos Agrícolas Eucalipto (GSA)	
	Edital 18/03/2025		Leilão 26/06/2025		CAPEX/Receita (VPL): 56% VEQ/dia/práça: 32.037	Ciclo de Obras: 10 ano ao 70 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 262 milhões
	Valor consensualizado de saída, a ser pago ao grupo controlador atual, pelo vencedor do Processo Competitivo R\$ 320 milhões	Data-base: jan/23				Garantia da Proposta: R\$ 66 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 328 milhões
					10 Ano 20 Ano 30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano	
					514 631 673 523 417 448 523	
					CAPEX em R\$ Milhões	

PONTE SÃO BORJA/BRA A SANTO TOMÉ/ARG E CUF



Ponte Binacional

ACORDO INTERNACIONAL para prestação de serviços públicos para a exploração, operação, gestão e investimentos para conservação e ampliação da Ponte Rodoviária sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé (Ponte Internacional), de seus acessos rodoviários em ambos os lados e do Centro.

STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 16/07/2025

	Trecho Fronteiriço São Borja/BRA a Santo Tomé/ARG		Extensão 15,2 Km		Obras relevantes: recuperação da ponte, acessos e centro de fronteira e ampliação das instalações de processamento aduaneiro Praças existentes: 01
	Capex US\$ 31,5 Mi US\$ 14,8 milhões (NPV)		Opex US\$ 67,5 Mi US\$ 16,4 milhões (NPV)		CAPEX/Km (milhões/km): US\$ 2,07 OPEX/Km (milhões/km): US\$ 4,44 Fluxo de Caixa Acumulado: US\$ 122 milhões Receita Bruta: US\$ 284,3 milhões Receita Bruta (VPL): US\$ 63,7 milhões CAGR Tráfego: 2,01% veículos pesados CAGR Tráfego: 2,92% veículos leves
	WACC 15,00% a.a.		23% do comércio entre Brasil e Argentina		Capital Social Mínimo Obrigatório: US\$ 6,0 milhões Garantia da Proposta: US\$ 1,30 milhão Garantia de Execução do Contrato: 10 ao 50 ano: US\$ 3,19 milhões 60 ao 200 ano: US\$ 1,59 milhão 210 até o término: US\$ 3,19 milhões
	Edital 15/05/2025	Data-base: jun/2024	CAPEX/Receita (VPL): 23% Demanda/dia: 840 Ciclo de Obras: 10 ano ao 50 ano		10 Ano 20 Ano 30 Ano 40 Ano 50 Ano 2,56 4,57 4,34 5,17 3,66
	Leilão 16/07/2025	CAPEX em US\$ Milhões			

BR-060/364/ GO/MT

Rota Agro

O projeto está inserido nos estados de Mato Grosso e Goiás, contemplando a cidade de Rondonópolis/MT, localizada na região Sudeste do estado, a 210 km da capital Cuiabá, com 245 mil habitantes e o segundo maior PIB do estado.

Rondonópolis se localiza no entroncamento das Rodovias BR-163 e BR-364, vias que transportam a produção agrícola e industrial para os grandes centros metropolitanos e portos do Brasil. Nos últimos anos diversas indústrias se instalaram no município.



STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 14/08/2025

Trecho Rio Verde/GO - Rondonópolis/MT	Extensão 490,07 km	Duplicação: 45,62 km Faixas Adicionais: 150,26 km Contorno: 7,85 km Marginais: 11,46 km Praças a implantar: 5 Praças existentes: 0 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 32 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 4 passarelas de pedestres (novas e remodeladas), 11 travessias em nível e 2 pontos de Parada de Descanso				
Capex R\$ 4,42 bi R\$ 2,21 bi (VPL)	Opex R\$ 2,84 bi R\$ 850 milhões (VPL)	WACC 9,99% a.a.	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 9,02 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 5,79 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,0771 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 6,88 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 7,62 bilhões Receita Bruta: R\$ 16,30 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 3,33 bilhões CAGR Tráfego: 1,31% a.a.				
TKM (PS) 0,1627	Estimativa de empregos 64.040 (direto, indireto, efeito-renda)	Granéis Sólidos Agrícolas (GSA)					
Edital 28/03/2025	CAPEX/Receita (VPL): 66% VEQ/dia/práça: 13.210	Ciclo de Obras: 30 ano ao 80 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 341 milhões	Garantia da Proposta: R\$ 42 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 209 milhões				
Leilão 14/08/2025	Data-base: jul/24	30 Ano 735,91	40 Ano 436,46	50 Ano 439,01	60 Ano 452,35	70 Ano 219,40	80 Ano 76,69

CAPEX em R\$ Milhões

BR-356/MG E MG-262/329

Via Liberdade*

A concessão das rodovias BR-356/MG e MG-262/329, objeto de convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais, que delega a administração de rodovias federais ao ente estadual, é fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico, turístico e logístico da região. Com foco em mobilidade, segurança e preservação histórica, o projeto conecta centros urbanos e polos culturais às principais rotas de escoamento e circulação, reforçando o papel estratégico do Sudeste brasileiro na integração nacional e na valorização do patrimônio mineiro.



STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 19/09/2025

	Trecho Ouro Preto/MG - Mariana/MG		Extensão 190,1 km		Duplicação: 78,70 km Faixas Adicionais: 40,66 km Contorno: 3,30 km Marginais: 6,80 km Praças a implantar: 0 Praças existentes: 0 Pórticos a implantar: 4	Obras relevantes: 60 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 10 passarelas de pedestres (novas), 1 ponto de Parada e Descanso e 1 área de escape.			
	Capex R\$ 3,63 bi R\$ 1,93 bi (VPL)		Opex R\$ 1,95 bi R\$ 530 milhões (VPL)		Estimativa de empregos 52.594 (direto, indireto, efeito-renda)	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 19,09 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 10,24 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,1351 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 7,04 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 1,81 bilhão Receita Bruta: R\$ 7,34 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 1,63 bilhões CAGR Tráfego: 1,89% a.a.			
	WACC 11,24% a.a.		Cargas Gerais Containerizáveis (CGC)		CAPEX/Receita (VPL): - VEQ/dia/práça: 18.253	Ciclo de Obras: 20 ao 60 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 142 milhões Garantia da Proposta: R\$ 14 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 70 milhões			
	Edital 28/03/2025		Data-base:jul/24		20 Ano 119,90	30 Ano 411,23	40 Ano 894,17	50 Ano 549,93	60 Ano 577,31
	Leilão 18/09/2025				CAPEX em R\$ Milhões				

*Convênio de delegação com MG

LOTE 4 DO PARANÁ

Rodovias Integradas do Paraná

O Lote 4 é formado por importantes rodovias, transversais e diagonais, que interligam o estado do Paraná a São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraguai. O trecho da BR-369 é um importante corredor de escoamento de produtos da agricultura, pecuária e indústria entre o Estado do Paraná e São Paulo. Já o trecho da BR-376 é conhecido como rodovia do café.



STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 10/10/2025

Trecho BR-272/369/376/PR e PR-182/272/317/323/444/862/897/986	Extensão 627,52 km	Duplicação: 231,96 km Faixas Adicionais: 87,11 km Contorno: 59,13 km Marginais: 39,49 km Praças a implantar: 5 Praças existentes: 4 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 137 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 39 passarelas de pedestres (novas) e 2 pontos de Parada de Descanso
Capex R\$ 10,82 bi R\$ 4,69 bi (VPL)	Opex R\$ 7,37 bi R\$ 1,83 bi (VPL)	Estimativa de empregos 156.768 (direto, indireto, efeito-renda)	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 17,24 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 11,74 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,1764 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 8,44 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 15,59 bilhões Receita Bruta: R\$ 45,81 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 9,18 bilhões CAGR Tráfego: 2,55% a.a.
WACC 12,33% a.a.	Cargas Gerais Containerizáveis (CGC) Granéis Sólidos Agrícolas (GSA)	Data-base: jan/24	CAPEX/Receita (VPL): 51% VEQ/dia/práça: 21.967
Edital 15/07/2025	Ciclo de Obras: 30 ano ao 80 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 545 milhões	Garantia da Proposta: R\$ 92 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 459 milhões	
Leilão 23/10/2025		30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano 80 Ano	962,71 827,35 1.156,03 1.191,70 1.081,47 847,60
CAPEX em R\$ Milhões			

LOTE 5 DO PARANÁ

Rodovias Integradas do Paraná

O Lote 5 é formado por importantes rodovias, que passam por grandes áreas de produção de produtos da agricultura, da pecuária e da indústria do Estado do Paraná. Faz ligação com importantes estados, o Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Paraguai.



STATUS: Leilão realizado

Atualizado em 10/10/2025

	Trecho BR-163/368/467/PR e PR-158/317/467/977/978		Extensão 432,77 km		Duplicação: 238,57 km Faixas Adicionais: Não há Contorno: 3,11 Marginais: 19,99 Praças a implantar: 2 Praças existentes: 3 Pórticos a implantar: 0		Obras relevantes: 80 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 5 passarelas de pedestres (novas) e 1 ponto de parada e descanso.		
	Capex R\$ 6,68 bi R\$ 2,74 bi (VPL)		Opex R\$ 5,18 bi R\$ 1,32 bi (VPL)		Estimativa de empregos 96.784 (direto, indireto, efeito-renda)		CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 15,44 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 11,97 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,1999 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 5,03 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 8,61 bilhões Receita Bruta: R\$ 27,33 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 5,63 bilhões CAGR Tráfego: 2,50% a.a.		
	WACC 12,33% a.a.				Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC) Granéis Sólidos Agrícolas (GSA)		CAPEX/Receita (VPL): 49% VEQ/dia/práça: 20.809		
	TKM (PS) 0,1791				Ciclo de Obras: 30 ano ao 70 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 286 milhões		Garantia da Proposta: R\$ 56 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 282 milhões		
	Edital 15/07/2025				30 Ano 648,02	40 Ano 651,70	50 Ano 634,60	60 Ano 622,34	70 Ano 467,65
Leilão 30/10/2025	Data-base: jan/24				CAPEX em R\$ Milhões				

BR-153/262/GO/MG



Rota Sertaneja

O trecho da Rota Sertaneja compreende as rodovias BR-153 e BR-262, atravessando os estados de Goiás e Minas Gerais. Essas vias integram a atual concessão da BR-060/153/262/DF/GO/MG. A região por onde passam é marcada por intensa atividade econômica, incluindo os setores de serviços, agricultura, indústria e comércio, configurando-se como um corredor logístico estratégico para o escoamento da produção regional.



STATUS: Edital Publicado

Atualizado em 04/08/2025

Trecho Hidrolândia/GO - Uberaba/MG	Extensão 530,60 km	Duplicação: 42,99 km Faixas Adicionais: 31,80 km Contorno: 4,10 km Marginais: 4,94 km Praças a implantar: 0 Praças existentes: 5 Pórticos a implantar: 0	Obras relevantes: 47 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 6 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 1 ponto de Parada de Descanso												
Capex R\$ 5,53 bi <small>R\$ 2,32 bi (VPL)</small>	Opex R\$ 4,95 bi <small>R\$ 1,41 bi (VPL)</small>	WACC 10,91% a.a.	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 10,42 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 9,34 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,046 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 4,46 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 4,37 bilhões Receita Bruta: R\$ 19,51 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 4,98 bilhões CAGR Tráfego: 1,34% a.a.												
TKM (ano 1) 0,1348	Cargas Gerais Conteinerizáveis (CGC)	CAPEX/Receita (VPL): 47% VEO/dia/práça: 15.759	Ciclo de Obras: 30 ano ao 80 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 289,89 milhões												
Edital 25/07/2025			Garantia da Proposta: R\$ 49 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 249,22 milhões												
Leilão 06/11/2025			<table border="1"> <thead> <tr> <th>30 Ano</th> <th>40 Ano</th> <th>50 Ano</th> <th>60 Ano</th> <th>70 Ano</th> <th>80 Ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>469</td> <td>449</td> <td>321</td> <td>508</td> <td>388</td> <td>81</td> </tr> </tbody> </table>	30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano	80 Ano	469	449	321	508	388	81
30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano	80 Ano										
469	449	321	508	388	81										

Data-base: Jul/23

CAPEX em R\$ Milhões

BR-101/RJ

Autopista Fluminense

OTIMIZAÇÃO CONTRATUAL da concessão da BR-101/RJ inserida no Estado do Rio de Janeiro, desde a descida da Ponte Presidente Costa e Silva em Niterói até a divisa do estado com o Espírito Santo. O trecho perpassa 13 municípios, sendo o principal acesso à Região dos Lagos (Búzios e Cabo Frio), aos Portos do Açu e de Macaé, dois grandes complexos Porto-Indústria, e à Base de Apoio Offshore em Niterói, pelo que se observa predominância de Carga Geral e Granel Líquido.



STATUS: Edital Publicado

Atualizado em 04/08/2025

	Trecho Niterói - Campos dos Goytacazes/RJ		Extensão 322,1 km		Duplicação: 49,55 km Faixas Adicionais: 52,59 km Multivias: 81,7 km Marginais: 14,04 km incorporados Praças a implantar: 0 Praças existentes: 5 Pórticos a implantar: 3	Obras relevantes: 20 dispositivos e interseções, 21 passarelas de pedestres, 59 km de ciclofaixas, 40 pontos de ônibus e 1 ponto de Parada e Descanso
	Capex R\$ 6,06 bi R\$ 3,43 bi (VPL)		Opex R\$ 4,12 bi R\$ 1,54 bi (VPL)		Estimativa de empregos 87.801 (direto, indireto, efeito-renda)	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 18,82 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 12,79 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,0792 Custos duplicação (milhões/km): R\$ 6,32 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 4,72 bilhões Receita Bruta: R\$ 19,77 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 6,67 bilhões CAGR Tráfego: 1,18% a.a.
	WACC 10,42% a.a.		Cargas Gerais (CG) Granéis Líquido (GL)		CAPEX/Receita (VPL): 51% VEQ/dia/práça: 15.924	Ciclo de Obras: 10 ano ao 130 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 277 milhões Garantia da Proposta: R\$ 67 milhões Garantia de Execução do Contrato: R\$ 333 milhões
	Leilão 11/11/2025		Data-base: mar/23	10 Ano 20 Ano 30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano 80 Ano 90 Ano 100 Ano	560,25 691,87 763,00 667,62 476,87 473,19 374,63 470,47 198,31 197,99	CAPEX em R\$ Milhões
	Valor consensualizado de saída, a ser pago ao grupo controlador atual, pelo vencedor do Processo Competitivo R\$ 700 milhões					

BR-381/MG/SP

Autopista Fernão Dias

OTIMIZAÇÃO CONTRATUAL da concessão da BR-381/MG/SP, conhecida como Fernão Dias, está inserida nos estados de Minas Gerais e São Paulo, conectando Belo Horizonte (MG) a São Paulo (SP). O trecho atravessa 33 municípios, sendo a principal ligação entre as duas capitais e uma rota estratégica para o escoamento de produção industrial, agrícola e mineral. Observa-se predominância de cargas gerais, produtos manufaturados e minérios, devido à intensa atividade econômica da região.



STATUS: Edital Publicado

Atualizado em 03/09/2025

	Trecho Belo Horizonte/MG - São Paulo/SP		Extensão 569,0 km		Túneis: 0,2 km (Novo) e 0,23 km (Rebaixo) Faixas Adicionais: 108,31 km Marginais: 14,34 km Correções de traçado: 9,29 km Dispositivos: 17 Área de escape: 2	Obras relevantes: 4,35 km de correção viária do tronco rodoviário, 29 passarelas, 17 melhorias de interseção, 62 melhorias de acesso e 6 passagens de fauna.
	Capex R\$ 9,5 bi R\$ 5,52 bi (VPL)		Opex R\$ 5,4 bi R\$ 2,4 bi (VPL)		Estimativa de empregos 137.643 (direto, indireto, efeito-renda)	CAPEX/Km (milhões/km): R\$ 16,66 OPEX/Km (milhões/km): R\$ 9,48 Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): R\$ 0,098 Fluxo de Caixa Acumulado: R\$ 4,12 bilhões Receita Bruta: R\$ 24,10 bilhões Receita Bruta (VPL): R\$ 10,39 bilhões CAGR Tráfego: 1,68% a.a.
	TKM (ano 1) 0,0388		Cargas Gerais (CG) Granéis Líquido (GL)		CAPEX/Receita (VPL): 53% VEQ/dia/praga: 22.562	Ciclo de Obras: 10 ano ao 100 ano Capital Social Mínimo Obrigatório: R\$ 351 milhões
	Edital 02/09/2025		Data-base: Jan/25		Garantia da Proposta: R\$ 103 milhões	Garantia de Execução do Contrato: R\$ 519 milhões
	Leilão 11/12/2025				10 Ano 20 Ano 30 Ano 40 Ano 50 Ano 60 Ano 70 Ano 80 Ano 90 Ano 100 Ano	984,85 931,85 1.128,47 988,72 1.195,82 1.098,4 943,2 467,9 424,85 260,11
	Valor consensual de saída, a ser pago ao grupo controlador atual, pelo vencedor do Processo Competitivo				CAPEX em R\$ Milhões	
	R\$ 295 milhões					

CRONOGRAMA 2025

	PROJETOS	Estruturador	Até 2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	Rota Agro Norte BR-364/RO	BNDES	Edital 01/11		Leilão 27/02	✓									
2	Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ BR-040/495/RJ/MG	Infra S.A.	TCU 05/06	Edital 20/01				Leilão 30/04	✓						
3	Rota da Celulose BR-262/267/MS e MS-040/338/395	CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO COM MS		Edital 30/01				Leilão 08/05	✓						
4	Otimização Motiva Pantanal BR-163/MS	OTIMIZAÇÃO	AP 18/12	Edital 31/01				Leilão 22/05	✓						
5	Otimização Ecovias Capixaba BR-101/ES/BA	OTIMIZAÇÃO	AP 11/12			Edital 18/03			Leilão 26/06	✓					
6	Ponte Binacional - São Borja a São Tomé	Infra S.A.						Edital 15/05		Leilão 16/07	✓				
7	Rota Agro BR-060/364/GO/MT	BNDES	TCU 08/07			Edital 28/03					Leilão 14/08	✓			
8	Via Liberdade BR-356/MG e MG-262/329	CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO COM MG				Edital 28/03						Leilão 18/09	✓		
9	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 4 BR-272/369/376/PR e PR-182/272/317/323/444/862/897/986	Infra S.A.	TCU 14/11						Edital 15/07				Leilão 23/10	✓	
10	Rodovias Integradas do Paraná - Lote 5 BR-158/163/369/467/PR e PR-31	Infra S.A.	TCU 14/11						Edital 15/07				Leilão 30/10	✓	
11	Rota Sertaneja BR-153/62/GO/MG	Infra S.A.							Edital 25/07	✓					Leilão 06/11
12	Otimização Autopista Fluminense BR-101/RJ	OTIMIZAÇÃO	AP 17/12						Edital 01/08	✓					Leilão 11/11
13	Otimização Autopista Fernão Dias BR-381/M G/SP	OTIMIZAÇÃO							AP 15/07		Edital 02/09	✓			Leilão 11/12

CP: Consulta Pública | AP: Audiência Pública | TCU: Envio ao Tribunal de Contas da União | Edital: Publicação do edital de licitação | Leilão: Realização da sessão pública de leilão